

História regional do Século XIX – Urbanização e desenvolvimento econômico na Villa de São José de Taquary, Rio Grande do Sul

Neli Galarce Machado

Universidade do Vale do Taquari
Lajeado - Rio Grande do Sul - Brasil
ngalarce@univates.br

Marina Johann

Universidade do Vale do Taquari
Lajeado - Rio Grande do Sul - Brasil
mjohann4@universo.univates.br

Patricia Schneider

Universidade do Vale do Taquari
Lajeado - Rio Grande do Sul - Brasil
pcissas@univates.br

Resumo: O povoado de São José de Taquari, hoje município de Taquari, Rio Grande do Sul, foi oficialmente fundado no período pós colonização europeia, em 1760. No início do século XIX, Taquari cresceu demograficamente, até que em 1849 emancipa-se de Triunfo e passa a ter autonomia política e administrativa, com a categoria de vila. Neste contexto, os Livros da Câmara de Vereadores de Taquari, são importante fonte de pesquisa para identificação dos sujeitos eleitos como vereadores e averiguação das principais emergências estruturais do município. Trata-se nesse texto sobre a contextualização histórica, o povoamento e o desenvolvimento econômico de Taquari. Essa conjuntura foi analisada a partir do *Livro de Registro de Offícios e Representações* dirigidos ao Governo Provincial e Geral de 1850 a 1852, atendo-se as solicitações para o desenvolvimento urbano e econômico do município enviadas para a Presidência da Província. A partir dessa investigação percebeu-se o avanço do modelo de urbanização do fim do século XIX no interior do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: História regional. Taquari/RS. Câmara de Vereadores. Urbanização.

Introdução

O escopo deste estudo são as cidades e a importância das documentações históricas, na perspectiva das demandas sociais. O artigo apresenta dados empíricos refutados por uma história tradicional sobre a dinâmica de desenvolvimento de uma cidade brasileira, considerada uma das mais antigas do sul do Brasil. A partir disso, as argumentações e análises possibilitam um diálogo com documentação oficial e a história da urbanização.

O município de Taquari é a “cidade mãe” dos outros 35 municípios, situados na região conhecida como Vale do Taquari, no interior do Rio Grande do Sul. Conseqüentemente, pesquisar sobre esse lugar é contar a história do próprio Vale. O Vale

do Taquari, região definida geopoliticamente desde a segunda metade do século XX, ao longo da sua história recebeu diversas etnias que se estabeleceram ao longo do Rio Taquari, construíram casas, formaram povoados, constituíram família. A presença de indígenas, africanos e europeus formaram o mosaico étnico que ao longo do tempo compôs a diversidade cultural do Vale do Taquari.

O processo de ocupação da região no período pós colonização europeia iniciou oficialmente a partir de 1760, com a vinda de casais açorianos, quando este ainda era apenas um povoado que pertencia a Triunfo. O objetivo da ocupação consistia no estabelecimento destes em locais considerados vazios, para criação de povoados que pudessem defender o território de possíveis invasões espanholas. O povoado de São José de Taquari foi criado pela Coroa portuguesa e o povoamento da região serviria de defesa para o quartel que havia em Rio Pardo.

Com o decorrer do tempo a população cresce e o espaço ganha novas estruturas, fazendo com que em 1795 o povoado seja elevado a Freguesia de Triunfo. No início do século XIX, Taquari destaca-se pela importância econômica devido ao desenvolvimento da produção de trigo. A partir da segunda metade do século, a economia baseia-se na produção de tábuas de pinho, extração da erva mate e de pedras. No ano de 1849 São José de Taquari emancipa-se de Triunfo e eleva-se a Vila e inicia-se o processo político administrativo independente, que no século XIX cabia a Câmara de Vereadores realizar. No mesmo ano da emancipação, Taquari elege seus vereadores para compor a Câmara e administrar a nova vila. O propósito das Câmaras de Vereadores instaladas no período imperial era de administrar e assegurar o melhor desenvolvimento.

A Câmara era responsável por zelar pela estrutura física. Tinha, entre outras funções, verificar as necessidades de reparos ou construções, bem como, davam atenção às reclamações e sugestões que a população formalizava. As solicitações consideradas relevantes pela Câmara de Vereadores eram enviadas para a Presidência da Província, que, em caso de aprovação da verba solicitada, à submetia para o município.

A partir desse contexto, a problemática da pesquisa centra-se nas demandas enviadas para a Presidência da Província. Preocupou-se com as emergências e necessidades infraestruturais da Vila para fins de urbanização. Há evidências de solicitações como a abertura de novas estradas ou de novos caminhos, a construção de prédios públicos e o planejamento de uma infraestrutura básica para o escoamento das mercadorias produzidas o que facilitaria as trocas comerciais entre os municípios.

Segundo Schueler (1999) o processo de urbanização que ocorreu no Brasil a partir do século XIX não estava associado ao desenvolvimento de grandes indústrias, como havia

ocorrido na Europa. As cidades brasileiras do século XIX tinham funções burocráticas, comerciais e portuárias, por meio dos seus portos é que circulavam produtos agrários.

A pesquisa foi realizada por meio de análise das documentações da Câmara de Vereadores de Taquari, nos séculos XIX e XX. As reuniões das sessões ordinárias e extraordinárias, realizadas pela Câmara durante estes séculos foram registradas em Atas oficiais que atestam as atividades do legislativo e que compõem os livros da Câmara. Fazem parte desse conjunto de registros as cópias manuscritas das solicitações enviadas para a Presidência da Província, as quais serão analisadas. O acervo da Câmara é composto de 20 livros, catalogados para fins de gestão do acervo com números de um a vinte, dos quais os números um, dois, onze até vinte são referentes ao século XIX, enquanto os livros de número três a dez são correspondentes ao século XX. Parte do acervo físico dos livros da Câmara de Vereadores de Taquari estão salvaguardados no Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates, CMDPU desde o ano de 2011. Para fins didáticos e de pesquisa, no entanto, pertencem à Câmara de Vereadores.

Os livros pesquisados são os referentes ao século XIX. O livro de número um apresenta o ofício de instalação da Vila e da Câmara Municipal de Vereadores, a demarcação dos limites da Vila e o juramento de pose dos primeiros vereadores. O livro de número dois aborda a relação de integrantes do legislativo, além de decisões que foram tomadas em reuniões da Câmara e das solicitações que seriam enviadas para a Presidência da Província. O livro número onze oficializa os juramentos dos juízes de paz no ano de 1849. O livro número doze relaciona as solicitações enviadas para a Presidência da Província sobre “melhoramentos” para o município. O livro número 13 aborda as eleições para juiz de paz entre os anos 1856 e 1860. O livro número 14 trata da formação da junta de qualificação e da qualificação dos votantes da vila. O Livro número 15 apresenta a formação da mesa paroquial, entre os anos de 1868 e 1872. Os livros de número 16, 17, 18 e 19, tratam da formação da mesa paroquial e qualificação dos votantes, entre os anos de 1872 e 1874. O livro de número 20 refere-se à eleição de juiz de paz no ano de 1874.

Com a análise do processo histórico se supôs que a partir da transformação em Vila o espaço urbano se desenvolveu mais rapidamente e a demanda por benefícios aumentou. A emancipação da vila exigiu a criação de infraestruturas mínimas para direcionar e estimular o crescimento econômico.

Sobre o conceito de urbanização, Lefebvre (1991b) define que a urbanização vai além dos limites da cidade, seria a concentração de processos sociais e espaciais que poderia produzir suas relações de produção, criando um espaço social crescente e abrangente. Castells (2006) complementa essa afirmativa expondo que o urbano designaria a ocupação

populacional em um espaço, caracterizada pela concentração de atividades que a população produz, e pela difusão de um sistema cultural específico.

Assim, examinar as solicitações da Câmara de Vereadores de Taquari enviadas para a Presidência da Província permitiu identificar as demandas das emergências urbanas que surgiram e o que se apresentava como prioridade, além de averiguar o papel da Câmara de Vereadores durante o século XIX. Contextualizou-se a atuação no município de Taquari e se apurou as solicitações enviadas para a Presidência da Província aprovadas e se eram rapidamente atendidas.

A metodologia da pesquisa constitui-se na análise do acervo que compõe o fundo documental da Câmara de Vereadores de Taquari, acima descritos, transcrevendo as solicitações selecionadas para apresentação ao longo do texto e abordagem qualitativa das atas oficiais e ofícios de solicitações e representações, a fim de análise se os pedidos foram, de fato, atendidos ao longo dos anos.

São José de Taquari: povoamento e processo político administrativo

O processo de colonização europeia da região do Vale do Taquari teve início a partir de meados do século XVIII. Segundo o historiador Marcos Kreutz (2011), Taquari, na época denominado freguesia de São José de Taquari, abrangia as margens do rio de mesmo nome, compreendendo todo o território do que hoje conhecemos como Vale do Taquari. Posteriormente, os missionários da Companhia de Jesus foram os primeiros de origem europeia a navegar pelo rio Taquari, em meados do século XVII. Os jesuítas tinham interesse pelo Vale do Taquari, pois queriam fazer contato com as populações indígenas que habitavam a região, e provavelmente conduzi-las as missões para que esses indígenas pudessem ser batizados e catequizados.

De acordo com Christillino (2004) a fundação de povoações no Vale do Taquari, foi propiciada pela política do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, que, no ano de 1750, já concedia sesmarias na região ao Capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme. O período de concessão de sesmarias no Rio Grande do Sul teve início em 1732 e perdurou até 1822, sendo caracterizada pela doação de grandes extensões de terras. Conforme Pesavento (1984), estas sesmarias eram terras devolutas, que tinham a extensão de três léguas por uma légua.

Os poucos casos de imigrações provocada por uma política oficial, que ocorreram antes do século XIX, tiveram como objetivo povoar e ocupar regiões de valor estratégico que a imigração espontânea deixara ao abandono, uma vez que não eram propícias a

produção de gêneros tropicais de grande valor comercial como açúcar, café e outros. Foi o que ocorreu nas zonas fronteiriças, que se achavam expostas à concorrência espanhola – Santa Catarina e Rio Grande do Sul – e cuja posse a Metrópole pretendia assegurar. Para tanto, foi necessário recrutar povoadores entre as camadas mais pobres da população portuguesa, facilitando-lhes a vinda através da concessão de grandes vantagens: pagamento de transporte, demarcação prévia das terras e fornecimento gratuito de instrumentos agrícolas, sementes e animais (BARROS, 1980).

A fundação do povoado de São José do Taquari deu-se na década de 1760, na época pertencendo à freguesia de Triunfo. Conforme Christillino (2004), São José de Taquari começou a receber casais açorianos provenientes de colônias açorianas mais antigas que viviam nas margens da Lagoa dos Patos e migraram para a região do Vale do Taquari. Esses casais buscavam a fertilidade das terras para o desenvolvimento da agricultura. Em 1774 novos pedidos de transferências de casais açorianos para a região de São José de Taquari foram solicitados, havia uma certa preocupação com o povoamento da região.

Conforme Pires (2016) o estabelecimento de capitânicas, além de estimular a fixação de europeus nas novas terras, tinha por objetivo urbanizar essas ocupações. O governo Português promoveu a criação de muitas vilas e cidades no Brasil a fim de implantar um sistema que permitisse o controle destas vilas, e isso ocorreu com o planejamento dos espaços urbanos. Rocca (*apud* PIRES, 2016) salienta que o município de Taquari é o único da região sul que recebeu o projeto urbanístico do período colonial. A planta original datada de 1767 está no Arquivo Histórico do Rio de Janeiro: “Este documento, com o caráter de modelo, ilustra a espacialidade que o governo português planejava para os povoados de açorianos” (PIRES, 2016, p. 27).

Iniciam assim os primeiros povoados na região que hoje corresponde ao Vale do Taquari. Christillino (2004) enfatiza que esta região recebeu uma importante elite militar, descendente das famílias que compunham a aristocracia sul-rio-grandense. Muitos desses eram ocupantes de cargos públicos na Província e eram-lhes concedidas terras nas áreas com acesso fluvial para Porto Alegre e Rio Pardo.

No mesmo período em que havia a preocupação em povoar São José de Taquari, o povoado de Santo Amaro também recebia casais açorianos. As duas povoações foram pensadas e estabelecidas em locais estratégicos. Conforme Christillino (2004), Taquari se constituiu na margem esquerda do Rio Taquari, a uma distância de 18 quilômetros da foz do Rio Jacuí, e estabeleceu sua vila numa pequena elevação junto à margem do rio, só havendo acesso por meio fluvial. Nos fundos do povoado havia montanhas e pântanos que a separavam da Freguesia de Triunfo.

Apesar das dificuldades, os imigrantes açorianos que recebiam datas de terras tinham o compromisso de abrir estradas e construir estivas para a passagem de barcos e navios. Estes assumiam em cartório a obrigação de cultivar as terras, e em dois anos de cultivo podiam requerer a doação da terra, que era previamente fiscalizada. A doação das terras, porém, não incluía a permissão para exploração de minérios, nem a derrubada de parobas¹, pau-real e outras madeiras específicas nas quais a coroa portuguesa tinha interesse para construção de caravelas e navios (AHLERT, 2001).

Após esse vácuo legislativo e a fim de buscar novas soluções para os problemas fundiários do Império brasileiro, promulga-se então, em 18 de setembro de 1850, a Lei nº 601 Euzébio de Queiroz, conhecida como Lei de Terras. A Lei 601, antes de tudo, previa a delimitação da propriedade no Brasil e a forma de concessão de novas propriedades a partir dessa data. Por um lado, a lei previa a legitimação das sesmarias concedidas que não haviam caído em comisso, a legitimação de outras posses (ocorridas essencialmente no período compreendido entre 1822 e 1850) e a demarcação das terras devolutas (ALCÂNTARA FILHO, 2009).

Outro aspecto relevante sobre este período é a presença de escravizados nesta região. Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, estabeleceram-se em São José de Taquari várias fazendas que utilizavam a mão de obra escrava para as suas produções. Ahlert e Gedoz (2001), identificam essas fazendas e seus atuais territórios: a fazenda Boa Vista localizava-se no atual território de Estrela; fazenda Conventos Velho e São Bento no atual território de Lajeado; Demanda e São Gabriel em Cruzeiro do Sul; São Caetano em Arroio do Meio; Santo Antônio e Beija Flor em Colinas.

Segundo a historiadora Karen Pires (2016) a participação dos negros escravizados na sociedade gaúcha por muito tempo foi negada ou ignorada. Porém, novas pesquisas apontam para a importância do trabalho desses cativos para a formação da economia e da política do Rio Grande do Sul. Mesmo depois da independência do Brasil, a mão de obra manteve-se principalmente por meio da escravidão de cativos africanos. Assim, em Taquari, havia a presença de africanos escravizados principalmente nos locais destinados à agricultura. O escravismo já estava instalado no Rio Grande do Sul, no entanto, com as lavouras de trigo essa mão de obra foi bastante ampliada.

Com o passar de quase um século da vinda dos primeiros casais açorianos, Taquari torna-se economicamente importante para a região. A população aumenta

¹ Entende-se que o autor tenha se referido à árvore peroba. Trata-se de uma árvore brasileira da espécie *Aspidosperma polyneuron*. Sua madeira é considerada de bastante qualidade e resistência. É utilizada na fabricação de móveis, vigas, escadas, portas, carrocerias e outros.

consideravelmente, e a escravidão é presente. Segundo Faria (1991) no ano de 1847 haviam 2.343 pessoas livres em Taquari, e 2.621 pessoas escravizadas, ou seja, 52,4% da população era composta por escravos.

Segundo Christillino (2004), a principal atividade econômica na região de Taquari na primeira metade do século XIX era a derrubada de pinho², realizada em catorze engenhos movidos por água, seguida pela extração de erva mate. As duas atividades apresentavam problemas, pois havia uma drástica diminuição da madeira utilizada pelas serralherias. Enquanto a extração da erva-mate se realizava de forma inadequada, a vegetação mais densa e alta iam sendo destruídas. Apesar das dificuldades apresentadas, foi necessário que se tivesse infraestrutura para que esses produtos pudessem ser comercializados fora dos limites da Vila.

Segundo o autor acima citado, havia a produção agrícola nas pequenas áreas próximas a Vila, nas quais o solo era mais fértil devido às cheias do rio Taquari. Dentre os produtos cultivados destacava-se o feijão, a mandioca, o milho, além disso, havia a criação de porcos, dos quais era retirada a banha. Nas áreas mais altas eram mantidas as florestas para que fossem exploradas pela agropecuária. No início do século XIX Taquari tinha um importante lugar na economia da província, principalmente em função da sua produção de trigo, a atividade relacionada aos locais de colonização açoriana. Dentre as atividades econômicas que se destacavam, a produção de tábuas de pinho ocupava o primeiro lugar, no início da década de 1850. Esta ocorria na serra próxima a Vila de Taquari, a qual era rica naquelas madeiras. Este ramo de atividade foi propiciado pela proximidade desta região com Porto Alegre, para onde as madeiras eram levadas amarradas, pelas correntezas do Rio Taquari. A extração de erva mate era amplamente difundida nas regiões serranas, especialmente no Distrito de Santo Amaro, constituindo o segundo ramo mais importante da economia. E a extração de pedras vinha a ocupar o terceiro lugar. A retirada ocorria nas pedreiras próximas a Vila de Taquari, ou nas margens do Rio.

De acordo com Ahlert e Gedoz (2001), havia uma necessidade crescente de transporte para a Vila de Taquari, visto que os setores da agropecuária estavam em expansão, e era preciso comercializá-los. A Companhia de Navegação Arnt foi a empresa de

² Entende-se aqui como *Pinus* e não pinho. O *Pinus spp.* chega ao Brasil, mais precisamente em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX. No Rio Grande do Sul, o auge da produção se dá nos anos de 1960. Os primeiros estudos referentes aos resultados da espécie *Pinus spp.* no Brasil são apresentados por Albert Löfgren, o primeiro diretor do Instituto Florestal de São Paulo, em uma obra denominada Notas sobre plantas exóticas introduzidas em São Paulo, em 1906 (KRONKA; BERTOLANI; PONCE, 2005, p. 17). Já havia notícia da existência de *Pinus canariensis*, proveniente das Ilhas Canárias, no Rio Grande do Sul, em torno de 1880, todavia sua utilização era paisagística (MORETTO & KLAUCK, 2015). Acredita-se que o autor esteja se referindo a exploração da *Araucaria angustifolia* que até hoje na fala popular se chama pinho. Trata-se então do pinheiro nativo.

navegação que transportava passageiros e mercadorias para a comercialização, tendo conquistado um grande crescimento no início do século XIX, contava com 80 empregados e 18 embarcações. Esses dados demonstram que o comércio da região estava em constante crescimento. Ainda segundo Ahlert e Gedoz, foi a partir da Lei de Terras, criada em 1850, mas regulamentada somente em 1854, que aumentou a ocupação e o povoamento da região do Vale do Taquari. Os negócios imobiliários começaram a aparecer, e a compra e venda de terras por meio de negociantes torna-se bastante relevante, principalmente nos territórios dos municípios de Bom Retiro do Sul e Encantado. Várias dessas fazendas transformaram-se em empresas, é o exemplo da fazenda de Antônio Fialho de Vargas em Lajeado, que transformou a propriedade em pequenos lotes de terra para que pudessem ser vendidas aos imigrantes europeus a partir de 1850.

A partir disso e com o estabelecimento de colonos açorianos e de africanos escravizados, a região de Taquari incentivou, no período anterior à municipalização e nos primeiros anos desta, a vinda de colonos alemães e italianos. A preocupação do governo imperial era de ocupar espaços considerados vazios, e que nestes espaços os imigrantes pudessem desenvolver a policultura. Cunha (et al., 2005) explica que o desenvolvimento da policultura teria o objetivo de abastecer os centros urbanos em expansão.

É perceptível que a região do Vale do Taquari passou por diversos processos de colonizações de diferentes culturas e modos de vida. Cada um deles alterou os locais nos quais viveram, porém é a partir da vinda da colonização europeia, iniciada pelos açorianos, que se percebe o início dos desenhos do que se tornariam as cidades que conhecemos hoje.

Nesse contexto, entende-se que as questões políticas foram tão importantes quanto as questões culturais e econômicas em Taquari, pois em 1795 São José de Taquari já havia sido elevado à categoria de freguesia, e em 1849 torna-se Vila, emancipando-se da Vila de Triunfo. Até o ano de 1831 Triunfo foi uma freguesia, elevando-se à categoria de Vila somente nesse ano, e como município em 1838.

Conforme Rhoden (2006) no ano de 1809 foram criados quatro municípios na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, estas eram Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Ou seja, até o ano de 1849 Taquari era uma freguesia que pertencia a Vila de Triunfo, e esta era uma Vila dentro do município de Porto Alegre. Para Beatriz Bueno (2009, p. 252), estas instâncias administrativas seguiam o padrão estabelecido em Portugal: as Vilas tinham papel hierarquicamente inferior às categorias de cidade, mas superior à categoria de freguesia, “todas, igualmente, eram tentáculos metropolitanos na distante ‘Conquista’, cumprindo papéis distintos na lógica de rede urbana”. Ainda para a autora, a elevação para a categoria de Vila significava ter acesso à autonomia política e administrativa. Independente da Vila à qual antes pertencia, a elevação

à categoria de Vila implica na edificação de uma Câmara e de uma cadeia, estes símbolos significavam autonomia municipal e de administração.

Então, a Vila crescerá e sua expressão populacional, econômica e edificada, terá aumentado sua aspiração a outra categoria institucional, a outro tipo de reconhecimento por parte da sociedade organizada, em meio à divisão territorial estabelecida pelos poderes constituídos, enfim, por parte do Estado. A sua aspiração seguinte seria constituir não mais um embrião oficial, a célula menor eclesiástica e administrativa, porém algo mais, que não se referia apenas ao tamanho ou à ascensão gradual hierárquica: seria alcançar a autonomia política e administrativa, seria passar a constituir sede de um município, passar a zelar por si mesma, aglomeração, e por um território próprio correspondente que lhe seria designado seu termo. A autonomia municipal colocaria o povoado, a antiga freguesia ou paróquia, como unidade autônoma dentro do Estado, fosse o reino como uma de suas colônias, fosse essa como o país já independente. O povoado se tornaria a sede de uma área territorial bem definida, entre outras mais antigas ou a serem criadas, termos municipais na ocasião definidos ou redefinidos. Ganhava então, para todos os efeitos, um lugar ao sol (BUENO, 2009).

Conforme Faria (1981) o território de Taquari na época da sua criação compreendia a área com os seguintes municípios: Taquari, Santo Amaro, Lajeado, Venâncio Aires, parte de Guaporé, parte de Santa Cruz e Estrela. Naquele período Taquari fazia divisa com os municípios de Triunfo, Santo Antônio da Patrulha, Cruz Alta e Rio Pardo.

A população de Taquari já apresentava constante crescimento conforme os registros de arrolamentos. Faria (1981) aponta que no ano de 1803 a população total de Taquari, ainda na condição de freguesia, foi de 916 habitantes. No segundo arrolamento, que corresponde ao ano de 1814 a população aumentou para 1.714, o registro indica que dentro deste total de habitantes 1.092 eram brancos, 42 indígenas, 67 libertos e 433 escravizados. No terceiro arrolamento, referente ao ano de 1847 soma-se a população de 4.964 habitantes, entre estes, 2.343 eram livres e 2.621 eram escravos. O último arrolamento do período corresponde ao ano de 1858, totalizou-se 6.334 habitantes, divididos entre 4.528 pessoas livres, 160 libertos e 1160 escravizados. A área urbana de Taquari ocupava o espaço concedido para a criação do povoamento, ou seja, a parte edificada da sede, onde encontram-se os prédios públicos. Essa área está localizada aproximadamente a um quilômetro do porto da cidade, do lado esquerdo do Rio Taquari.

As estruturas de fazendas, o aglomerado de pessoas, o desenvolvimento econômico comercial, os produtos produzidos na região e transportados para a capital e vice-versa, exigem que haja estruturas que permitam essas movimentações. E assim, aos poucos, a

política amplia seu campo de atuação para mediar e gerir a conquista destas estruturas urbanas “modernas”.

Finalmente a Villa caminha para o progresso

O período Imperial brasileiro, que teve início no ano de 1822, trouxe mudanças para a configuração da política em âmbito nacional e provincial. A constituição de 1824 definiu que o governo brasileiro seria monárquico, hereditário e baseado na constituição. Mantinha-se a religião católica como oficial, mas havia a possibilidade de cultos particulares de outras religiões.

O historiador Boris Fausto (2013) nos ajuda a entender o cenário político em âmbito nacional, especialmente no que tange ao poder legislativo, que foi dividido em Câmara e Senado, sendo a eleição para a Câmara temporária enquanto a eleição para o Senado era vitalícia. O processo eleitoral para o Senado elegia uma lista tríplice e o Imperador escolhia os Senadores com cargos vitalícios, ou seja, os membros do Senado eram nomeados pelo imperador de forma vitalícia.

Além das mudanças de cunho político, houveram novas divisões administrativas, na organização territorial e a partilha do império foi realizada por meio de províncias, ou seja, os territórios que hoje correspondem a estados brasileiros, no período imperial correspondiam praticamente ao mesmo território das províncias. Os presidentes destas foram nomeados pelo imperador que assegurava a esses presidentes os direitos de igualdade perante a lei, e liberdade religiosa. Nos municípios, quem exerciam o poder administrativo era a Câmara de Vereadores, através das eleições realizadas de quatro em quatro anos.

A Câmara Municipal era composta geralmente por cinco vereadores, mas poderia variar esse número dependendo do tamanho da cidade, o vereador mais votado tornava-se presidente. Além dos vereadores poderia haver funcionários, podendo ser promovido por ela mesma, e em alguns casos em situação de escravidão. A Secretária Municipal de Cultura (2005, p. 36) informa que:

Uma das principais características das câmaras do império português, típica das sociedades de Antigo Regime, foi conjugar funções político administrativas com as judiciais de primeira instância, fazendárias e de polícia. [...] por isso as vilas e suas respectivas câmaras são um elemento fundamental para se analisar as relações estabelecidas entre o centro e a periferia do Império Português.

As Câmaras Municipais de vereadores no período do Império tinham relevante importância para o funcionamento administrativo, pois eram responsáveis por gerenciar os locais, seguindo as leis estabelecidas pelo governo imperial. As funções administrativas eram bastante amplas e responsáveis por cuidar do centro urbano, das estradas, das pontes,

das prisões, da água, do saneamento básico e da educação nas escolas primárias, assim como outras tantas atribuições. Venâncio (et al., 2012, p. 280), aponta algumas das principais atribuições dessas Câmaras:

Havia uma preocupação com os caminhos e as pontes, ou seja, com as vias de acesso às freguesias e à sede do termo. Isso se encontra expresso não só nos editais, mas também nos acórdãos da Câmara, quando os juizes e vereadores decidem sobre as questões administrativas referentes à vila.

No ano de 1849, um ano antes da criação da Lei de Terras, a então freguesia de São José de Taquari emancipa-se de Triunfo e ganha o título de Vila. A criação da Vila datada do dia quatro de agosto de 1849, por meio da Lei Provincial nº 160, desmembrando-se do município de Triunfo, que havia se desvinculado de Porto Alegre em 1831.

Seguindo o que a constituição de 1824 havia determinado sobre as Câmaras Municipais de Vereadores, a primeira eleição para a Câmara de Vereadores de Taquari acontece em sete de setembro de 1849, em que foram eleitos seis cidadãos Taquarienses para compô-la. A primeira reunião entre eles ocorreu no dia 3 de dezembro do mesmo ano, e foi presidida pelo vereador Antônio dos Santos Praia, que fora quem recebera maior número de votos. Segundo Comissoli (2008) as Câmaras tinham seus cargos ocupados por indivíduos denominados ‘homens bons’, referindo-se a homens que integravam a elite econômica dos locais em que viviam. Além disso, deveriam atender a requisitos como ser maior de 25 anos, casado ou emancipado, católico, e que tivessem bens materiais, geralmente grandes propriedades de terras. Ademais, deveriam ter “uma intrincada rede de relações que visava à manutenção do prestígio e poder do grupo”. Era considerado elegível para vereador o cidadão que tivesse direito a votar e estivesse estabelecido na cidade por, pelo menos, dois anos. Era permitida a reeleição, porém, foi proibido assumir o cargo de vereador junto com algum membro da família, pai, filho, irmãos e cunhados. Para concorrer ao cargo de vereador a renda estabelecida era de 400\$000 (quatrocentos réis).

O registro de criação da Vila consta no livro de Auto de Criação, de 1849 a 1860, catalogado como de número um no acervo da Câmara Municipal de Vereadores e aponta que:

Aos tres dias do mez de Dezembro do Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jezuz Christo de mil oito centos quarenta e nove, vigessimo oitavo da independencia, e do Imperio, nesta Freguezia de São José de Taquary, onde foi vindo o Vereador Presidente da Camara Municipal da Villa do Senhor Bom Jezuz do Triunpho Manoel Fernandes da Silva, comigo Manoel José de Santa Isabel, Secretario da Mesma, para effeito de erecta em Villa a mesma Freguezia, na conformidade da Lei Povincial numero cento e sessenta de quatro de Julho do corrente anno, de intallar-se a Camara Municipal, dar-se juramento e posse aos Vereadores da mesma, na forma do siposto do Decreto de treze de Novembro de mil oito centos trinta dous, remettido por copia pela Presidencia da Provincia, em officio numero quarenta e quatro de desoito de Outubro ultimo, cujo officio, Lei e Decreto, são de theor seguinte: - “Segunda Sessão. Número quarenta e quatro.

Devendo-se Provisoriamente limites da nova Villa de Taquary, e attendendo a que os moradores da Freguezia de Santo Amaro, conforme os lugares que habitão, deve pertencer aquelle Termo, que lhes fique mais próximo, tendo resolvido que o da nova Villa de Taquary, alem de terreno que demarca a esta Freguzia, comprehenda todo o mais a Freguezia de Santo Amaro [...] (TAQUARI, Livro 1: 1850).

Em 30 de novembro de 1854 foi criada a lei provincial nº304, que estabelecia que deveriam se desenvolver centros urbanos e que neles precisariam ser reservadas áreas para estradas, portos e igrejas. Segundo Ahlert e Gedoz (2001, p. 26) este processo contribuiu para a formação de vilas e de cidades, e esses centros urbanos propiciaram a diversificação de profissões, entre estas de lavradores, ferreiros, carpinteiros, tecelões, operários, sapateiros e “ensejou a formação das principais atuais cidades do Vale do Taquari, bem como de diversas vilas e localidades da região”.

De acordo com Ramos (2006) é necessário atentar aos conhecimentos dos grupos que formaram a população rio-grandense, pois por meio da sociabilidade que houve entre eles formou-se a rede urbana, e, por consequência, o processo de urbanização dos locais que estes ocuparam. O crescimento das cidades estava ligado à transferência da elite rural para as cidades.

Sposito (2012) entende que o espaço do município é a sua história, por isso, a cidade de hoje é resultado acumulativo de todas as cidades de antes que foram transformadas, destruídas e reconstruídas, e novamente produzidas por meio do tempo histórico, concebidas pelas relações que promoveram.

A região do Rio Grande do Sul teve seu apogeu econômico a partir do século XIX devido à grande produção de charque. Conforme Oliveira (1996) a região norte do estado foi a região que mais tardiamente se desenvolveu, somente a partir do ano de 1850 começaram os avanços econômicos. Porto Alegre iniciou a sua industrialização e mais tarde os municípios próximos também se desenvolveram. Essa lenta, mas crescente industrialização que ocorreu em Porto Alegre e nos seus entornos exigia infraestrutura para mobilizar, primeiro a matéria prima, e depois o que era produzido. Para isso era fundamental as estradas e portos em condições para o fluxo das mercadorias.

Porto Alegre se modificou. A industrialização inicia aos poucos e Taquari precisava se transformar e se atualizar para atender as suas necessidades e da Sede da Província, na qual um pequeno, mas crescente parque industrial estava surgindo. Era necessário que as matérias primas e as mercadorias produzidas em Taquari chegassem até Porto Alegre. A troca comercial seria favorável para o desenvolvimento econômico de Taquari, favorecendo o transporte até outras regiões dos produtos ali produzidos. Para Cunha (et al., 2005) no começo do século XIX já era perceptível a ampliação de redes urbanas a partir da

multiplicação de pequenos núcleos urbanos intermediários que cumpriam as funções de comércio e serviços.

Sobre o fluxo destas matérias primas e mercadorias, Matos (2012, p. 11) explica a importância da infraestrutura para que estas relações comerciais acontecessem:

No passado pré-industrial, atividades mobilizadoras de população estavam, em sua maioria, instaladas fora das cidades. Entretanto, nesse mundo primário exportador ou das “plantations” é evidente que o escoamento de mercadorias exigia a presença de portos, estaleiros, armazéns, casas de comércio, vias de comunicação (por terra ou por água).

Neste contexto, partir da segunda metade do século XIX a cidade de Taquari necessitava administrar seu espaço, assim como suprir as demandas que nele surgiam. E assim, toda e qualquer documentação da administração da cidade passa a ter um registro próprio, assim como uma Câmara de Vereadores eleita para estas funções.

Os “papéis” da Câmara de Vereadores de Taquari

Os registros das atividades da Câmara e as solicitações enviadas para a Presidência da Província são documentos que compõem o acervo de livros da Câmara de Vereadores de Taquari. E a partir da análise dos documentos e das solicitações reconhece-se que havia a necessidade de uma infraestrutura mínima para que a Vila pudesse se desenvolver economicamente, assim como atender às necessidades de lazer, educação e trabalho da população que ali vivia.

É perceptível na documentação a necessidade de aprimoramentos ou criação, de meios de comunicação, como estradas e pontes, assim como a manutenção do rio, principal acesso à cidade e via para levar e trazer mercadorias de ou para outros lugares. Na análise do livro de número doze, referente aos anos de 1850, 1851 e 1852, há mais de um registro no qual há solicitação de benfeitorias e construção de vias de acesso. Por exemplo, a primeira solicitação da barca ocorreu no dia 20 de junho de 1850, conforme ofício 025, em que

Esta Camara Municipal cuja maioria foi a da Camara Municipal de Triunfo no ano próximo passado teve sempre muito em vista preparar o melhoramento possível na estrada geral, a principal da Província, A que passa junto a esta Villa, a que sobre comunicação entre os pontos da campanha, com os terrenos adjacentes de Porto Alegre até a Villa do nosso distrito de cima da Serra, e Província de Santa Catharina, um desses melhoramentos é uma barca de passagem no Rio Taquary, pois não sendo possível por grande despesa a construção d'uma ponte naquele rio, ao menos a barca costa as dificuldades e prejuízos dos viajantes condutores de carretas e tropas de gado que as vezes tem demorar de seis e mais dias por transtornos frequentes, onde não há barca[...] pois isso essa Camara espera que V. Ex. haja de dar essas ordens para que a barca seja entregue a esta corporação que contrahirá assim um empréstimo com a fazenda provincial indennizando-á pelo rendimento das passagens ou outro imposto que assim (ilégível) ponderando que V. Ex. não tem outra ponte na

província onde mais necessário seja haver uma barca de passagem, que no Rio Taquary [...] (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852).

A barca solicitada pelo município de Taquari foi recebida. Não consta nos livros nenhum registro da data de sua chegada, porém, cerca de um mês depois, em registro do dia 30 de julho de 1850 no ofício de número 034 é acusado o recebimento da barca, todavia, aponta que é necessário o envio de complementos, pois

[...] a falta de ancora, da espia, e a pequena corrente de ferro, que trouxe, deixa conhecer que a crescente do Jacuhy tirou a barca do passo de S. Lourenço, onde esta Camara tinha ordem de recebela [...] por isso exige a Camara a ancora e cabo para espia (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, ofício 34).

Se houve retorno dos instrumentos para a barca não há registros, mas não se repetiram as solicitações. Havia a necessidade de utilizar a barca principalmente para levar e trazer mercadoria que eram produzidas em Taquari.

Na mesma data de 30 de julho foi enviado outro ofício, de número 035, solicitando reformas no porto do município de Taquari. Havia necessidade de mais espaço para depositar as mercadorias que saíam da cidade para serem comercializadas. Essa reforma possibilitaria que mais mercadorias pudessem ser enviadas em uma mesma remessa. O ofício requeria diversos melhoramentos para a cidade. Segue o trecho que diz respeito ao porto:

O porto d'esta Villa no lugar denominado Arroio carece de mais espaço para cammada de deposito dos gêneros como taboas, e lages, que não são immediatamente exportados, e tanto mais porque alongando-se pela margem do rio, dá lugar a melhor ancoradouro fora da areia, que em tempo de baixas o rio funila na barra a sahida das embarcações que para conseguir sem demora de muitos dias, são obrigadas aliviar a carga (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852).

Entre as diversas solicitações do ofício 035, a construção de duas pontes em locais diferentes, e o melhoramento do porto de embarque das mercadorias que seriam exportadas eram destaques. Assim, confirma-se a necessidade que havia em abrir caminhos:

No passo de Mont'Alegre, na mesma estrada uma ponte segundo a planta e respectivo orçamento, essa ponte corta o embaraço que a crescente das aguas oppoem aos viajantes, motivo bastante para demonstrar sua utilidade. Outra ponte igual segundo a mesma planta e o orçamento é bastante necessária no arroio Pedreira distrito da Villa de Taquary, por serem privados de transito de suas moradas a essa Villa e (ilegível) muitos moradores e por ser conducto de taboas d'alguns engenhos de serrar (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, ofício 35).

No registro de número 017 de 1851, que consta no livro 12, é solicitada uma ponte de madeira. O que chama atenção é a informação que o valor do orçamento da ponte excede a quantia de 200 mil réis, por isso, o município não tem autonomia para fazer sem arrematação. Entende-se que quando ultrapassa esse valor a construção deve ser autorizada pela Presidência da Província, conforme segue

Não podendo ser duvidosa que a necessidade publica reclama com urgência uma ponte de madeira, collocada de Miguel Ferreiro, no caminho da margem direita do rio Taquary, esta câmara municipal mandou levantar a planta e faser o orçamento da ponte para a mandar construir, e visto que excede da quantia de 200 mil reis não a pode mandar fazer se não por meio de arrematação se V. Ex. se dignar a aprovar; assim faz subir ao conhecimento de V. Ex. a planta e o respectivo orçamento da mencionada ponte, a fim de obter a necessária aprovação para desprender do saldo das rendas dessa municipalidade a quantia orçada (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, Ofício 17).

Conforme Souza e Pesavento (1997) a resolução dos problemas nas cidades, de caráter físico, nem sempre se resume a questões apenas técnicas e imediatas, pois perpassam os caminhos políticos e a ação política tem interesse específico, podendo não ser resolvido imediatamente.

De acordo com Venâncio (et al., 2012), os vereadores da Câmara estavam atentos com os caminhos, pontes e as vias que davam acesso ao município. Essa preocupação se encontra expressa nos registros das Câmaras. Além da preservação dos caminhos, havia o intento em manter as pontes em bom estado para que estivessem disponíveis para as pessoas e os meios de transporte com as mercadorias. Novamente nos remetemos ao registro 035, de 1850, que consta no livro de número 12 sobre a preocupação com planejamento urbano onde

Finalmente esta Villa caminha no progresso de edificação de casas sem uma direção, que só a planta e demarcação de ruas pode offerecer, existe uma antiga, porem deixa tudo a desejar, por isso muito convem que V. Ex. Se dignasse mandar um Engenheiro tirar a planta d'esta povoação e demarcar as ruas e praças, com signando a quantia necessária para esta despesa (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, ofício 35).

Para alguns autores, durante o século XIX houve um impulso do desenvolvimento capitalista que provocou o aumento populacional nas cidades, e resultou no aparecimento de novas necessidades e problemas. Venâncio (et al., 2012) complementa a informação que com o desenvolvimento urbano do século XIX surgiram as preocupações com a higiene pública, o desenvolvimento do comércio e a construção das casas e das pontes.

Em Taquari não foi diferente, no ofício número 016 de 1851, que consta no livro 12, observa-se a preocupação na manutenção e limpeza do arroio e seus entornos.

Conseguinado na lei nº 234 de 9 de dezembro próximo passado, artigo primeiro §58 a quantia de 800 mil reis a esta câmara municipal para a limpeza do arroio Castelhana e abertura de uma picada de comunicação do rio Taquary com a estrada da collônia Santa Cruz a mesma câmara querendo levar a efeito aquele serviço, exige que V. Ex. haja de mandar por a disposição della a quantia acima (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, ofício 16).

Infelizmente não fica especificado que tipo de limpeza seria feita no arroio ou o real motivo, se estava poluído ou qual era a situação deste.

Além das diversas solicitações relacionadas a abertura de caminhos, construção de pontes e benefícios em geral das vias de acesso, havia um problema relacionado à construção de uma casa de cadeia e de uma delegacia para os policiais. Verifica-se que no livro de número 12 existe o registro das solicitações do município enviadas para a Presidência da Província. Encontrou-se sete pedidos relacionados à construção da cadeia. As solicitações iniciam no ano de 1850 como consta nos ofícios de número 015, 035, e 041, e continuam no ano de 1851 com os ofícios de número 010, 013, 021 e 031. A primeira solicitação é do dia 13 de abril de 1850:

A falta absoluta de uma casa, que (ilegível) alugas se fizesse a compra para Cadeia nesta Villa, impedia da Camara Municipal com sacrificio precisasse a comprar os materiaes para redificar pequena casa, que serve de cadeia e augmental-a de modo que servisse também de a quantia e pequeno destacamento de Carpa (ilegível) de achar muito mal acomodado. Mas uma obra tão urgente e necessária merece a atenção e V.Ex., mandando suprir a esta Camara empréstimo dos cofres Provinciais com a quantia de quatro centos mil reis para (ilegível) concluída. A maioria dessa corporação, quando fazia parte da Câmara Municipal ao Triunpho, obteve do antecessor de V. Ex. antes da criação desta Villa, a quantia de cento e oitenta mil reis, para comprar esta mesma cadeia, mas então era freguesia e não carecia ser aumentada, tanto por que agora desse considera presos por mais tempo, como para acomodação da policia (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, officio 15).

Sobre a composição policial de Taquari não temos nenhuma informação registrada nos livros do período. Entretanto, Souza e Pesavento (1997) apontam que no século XIX o corpo policial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul permitia apenas a admissão de homens alfabetizados e com idade superior a 21 anos, além de ter moralidade e ser um cidadão idôneo. Não há informações sobre como era feita a seleção para a composição do corpo policial, mas é possível determinar que muitos homens entravam na corporação sem preencher todos os requisitos necessários, principalmente porque o número de analfabetos era muito grande, o policiamento acabava por ser tornar uma forma de conseguir emprego.

A segunda solicitação corresponde ao ofício de número 035, do dia 30 de julho de 1850. O ofício apresenta diversas solicitações de melhoramento e envio de verbas para o município, entre essas solicitações, novamente, a Câmara Municipal aponta a necessidade de se construir uma cadeia:

A freguesia de Santo Amaro é um ponto onde vão parar presos, que são conduzidos por diversos motivos, e bastava ser uma povoação para ter uma pequena cadeia, julga-se necessário, pois haver ali uma cadeia e quartel pelo mesmo modo, que se vai faser nesta Villa segundo a planta e orçamento (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, officio 35).

Junto a esse ofício é enviado para a Presidência da Província a planta e orçamento do presídio que Taquari pretende construir. O terceiro registro está no ofício 041, do livro de número 12, porém, não consta a data desta solicitação:

Não assim a arrematação da obra da cadeia e quartel, cuja planta deve ser substituída por outra com orçamento, pelos motivos, que expendeu o Brigadeiro graduado chefe dos engenheiros de comarca. Muito aprecia e agradece desde já a Câmara Municipal o melhoramento da inapropriada casa de reclusão, que a força de circunstâncias fez moldar a quantia de 580 mil reis louvando e aceitando a oferta que indirectamente o Brigadeiro chefe de Engenheiros faz a esta Corporação, não pode com ella aceitar a censura não merecida que a acompanha: a planta e orçamento que a câmara remetteu para renovar uma pequena casa denominada quartel junto a qual projectou addir outra de reclusão não pode sem perigo de censura separar-se de circunstâncias imprecisas que justificão a edificação tal qual foi projectada, circunstanciais que impedirão a câmara, também levarião o Brigadeiro Chefe de Engenheiros a pensar com ella, se arrastado fosse a mesma posição: uma a principal das circunstâncias a que não admite contestação e consta de termo d'arrematação é a quantia de 580 mil reis a qual a obra se devia moldar, não havendo como aconteceu, outros meios a lançar mão no entretanto que havia falta absoluta de casa de reclusão, uma se não achão para alugar no tempo em que soldados e presos se achavão e continuam em péssimo telheiro, sem uma parede que os separasse, sem outra segurança que vigilância da sentinela que a poucos dias deixou evadir-se um preso de crime inafiançável, um telheiro assim em comum serviu de pressão a uma mulher juntamente com soldados e presos sem nenhuma separação! Cumpria pois sem perder tempo separar as figuras de quadro imoral que ainda se nos apresenta por paredes e grades para cada um e ocupar a posição correspondente, cumprindo observar que para o pequeno numero de cada um a casa era sufficiente e muito superior a que existe, ao menos estarão separados não se cortou a comunicação da vista do quartel ou antes casa da guarda por não alcançar a quantia para tanto, releve V. Ex. distracção merecia a justificar a câmara da censura que inhumamente vinha envolvendo a offerta de uma planta e orçamento para uma cadeia que aceita, não podendo porem dispensar –se de dizer que se outra quantia tivesse a sua disposição certamente a planta devia corresponder e não como foi esta câmara não podendo suportar um (ilegível) esperam muito que V. Ex. não se constanja a faser com que o arrematante da obra da cadeia soffra prejuízos algum pois que não se fazendo este contracto por ser a penas um concerto, depende da approvação de V. Ex. o arrematante comprou materiais, fez outras despesas, deu principio a obra e não deve na boa fé descredito a corporação sofrer prejuízos (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, Officio 41).

Em 1851 novamente há registros e solicitação referentes a esse presídio. Consta no livro de número 12, os officios de número 010, número 013, 021 e 031, os quais exigem os melhoramentos já solicitados. A solicitação 010 é referente ao dia 14 de janeiro de 1851:

Afim de reparar uma pequena casa, que nesta Villa servia de quartel, com acrescimo de um quarto para prisão, recebeu por empréstimo esta câmara municipal dos cofres provinciais a quantia de 580 mil reis, immediatamente mandou levantar uma planta, não segundo a necessidade de tais estabelecimentos, mas acomodada somente a quantia, e actualidade do quartel, verificou a arrematação da obra que devia estar pronta em outubro do anno próximo passado, segundo termo passado em 25 de maio do mesmo anno que foi enviado com a respectiva planta a presidência da província em 30 de junho próximo findo em officio nº 30 o Ex. antecessor de V. ex. desapprovou essa arrematação em portaria nº 37 de 9 de setembro próximo passado (ilegível) que brevemente seria remetida outra planta com orçamento. Em consequência pois parou a obra começa e a actualidade do quartel e prisão é muito inferior a pequena obra, que devia estar pronta em outubro, e economizando aos cofres da província a quantia que paga de aluguel muito inferior porque uma pequena casa sem nenhum repartimento serve de quartel e prisão de ambos os sexos, sem outra segurança que a vigilância da sentinela em quanto na obra arrematada havia segurança, e divisão para os presos, que regularmente são em numero de 1 a 4. Ora em circunstâncias extraordinárias havendo até dez presos certamente se accommodão melhor que na actualidade. Por isso esta câmara municipal vem exigir de V. Ex. sua authorização para continuar a obra arrematada em 25 de maio do anno próximo

passado, segundo a planta junto para melhorar do péssimo estado em que se acha, ou a pronta remessa de outra planta, orçamento, e quantia afim de poder se edificar uma casa de prisão e quartel como urgentemente reclama o serviço publico (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, officio 10).

A segunda solicitação referente ao ano de 1851 novamente atenta a necessidade que o município tem da construção dessa cadeia, a solicitação de número 013 data do dia 15 de abril de 1851:

A câmara municipal desta Villa impelida pela necessidade que tem este lugar de uma Casa de Cadeia, ainda que mais não seja se não a que já projetou (ilegível) tornou a enviar a V. Ex. o officio junto por copia esperando que V. Ex. na devida consideração nelle expedida, e tanto mais que as copias Provinciais nada podem desprender com a prontidão exigida (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, officio 13).

Na solicitação enviada no officio de número 021, não consta a data, a situação que ocorreu em relação à construção da cadeia é explicada novamente e acrescentou-se algumas informações a respeito da obra que iniciou e precisou ser interrompida:

Sr. Ex. Snr. emportaria nº 14 em 4 de junho próximo passado o antecessor de V. Ex. remetteu a esta câmara municipal a planta da cadeia e quartel que se deve construir nesta Villa, na importância de 7778#680 reis segundo o orçamento que acompanhou pelo saldo das rendas dessa municipalidade. A câmara municipal obtendo da presidência da província em portaria nº 16 de 25 de abril de 1850 o empréstimo da quantia de 580#000reis, cujo recebimento effectivou com autorização expressa na portaria acima citada. Para applica-la immediatamente no reparo de um velho quartel que então existia nesta Villa e construcção de uma pequena cadeia que não podia exceder aquela quantia. Assim autorizada, pelos referidas portarias, mandou levantar uma planta e fazer seu orçamento, podia cumprindo as ordens da província mandar administrar a obra que urgentemente reclamava a commodidade do pequeno destacamento do corpo policial, a economia cofres provinciaes pelo que pagarão e pagam do aluguel da péssima casa que serve de quartel, e sobretudo a segurança dos presos, porem escolheu um meio para mais econômica e prontamente edificar a prisão e quartel compatível com a urgência circunstancias do lugar e ainda mais dos cofres públicos mediante as formalidades legais arrematou a obra José Candido Alves de Oliveira abaixo do orçamento como se vê na copia nº 1 em virtude de que fez novo contracto com o mesmo arrematante a fim de melhorar a obra, empregando toda a quantia que havia recebido para ela, segundo a copia nº 2: consequentemente o arrematante comprou materiais, começou a obra, que estava em andamento, quando a presidência a província em portaria nº 37 de 9 de setembro de 1850 desaprovou o contracto por ser insufficiente e immoral a cadeia projectada, no entretanto que em uma péssima casa sem divisão alguma estava o destacamento de envolta com presos de ambos os sexos, cuja segurança era nenhuma, porque do limitado numero de dois até quatro permaneciam aqueles que não esperavam consequências piores que a fuga e assim tem continuado até hoje com dispendio de aluguel, que a nação paga e que já podia ter economizado. Com a acima citada portaria nº14 planta e orçamento remetidos a esta câmara nada se melhorou porque a autorização de construí com o saldo das rendas municipaes é uma negativa completa: assim esta câmara vem novamente a bem do serviço publico, commodidade do destacamento desta Villa, segurança dos presos, e economia dos cofres provinciaes pedir a V. Ex. com instancia que haja d'approvar o contracto que ela celebrou com José Candido Alves de Oliveira, pois já tem a quantia necessária e parte distribuída para aquele fim. Se outra fosse a população deste lugar, se outro ou estado dos cofres provinciaes, e houvesse maior destacamento que a de seis praças e mais de seis presos não projectaria de certo esta câmara de construir uma cadeia e quartel como representa a planta junta, cuja obra arrematou pela modica quantia de 580#000 reis, que não permitia maior mas está pequena casa construída do lugar a esperar que o futuro permita a edificação de

cadeia e quartel regular. No entretanto que aplicando a câmara municipal o pequeno saldo de suas rendas a construção da cadeia e quartel, que enviou a presidência a portaria nº 14, não terá cadeia em 20 anos deixará de fazer pequenos melhoramentos em caminhos, colocando-se na odiosa posição de arrecadar impostos sem despendelos em benefício que compense ao publico de suas contribuições. Por tão justos e justificados motivos esta câmara espera que V. Ex. se servirá atender a reclamação desta câmara mandando approvar o contracto referido (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, ofício 21).

Se houve algum retorno da Presidência da Província sobre a situação da cadeia não há registros. Porém, em ofício 031 sem data, a Câmara de Vereadores solicita o valor de seis mil réis mensais para pagar o aluguel da casa de cadeia, o que dá a entender que a situação da obra ainda não havia se resolvido:

Não havendo nesta Villa como demostra o officio desta câmara municipal de nº 20 dactado de hoje, uma casa que sirva de cadeia, que bastante necessária se torna, segundo mesma requisição do delegado de policia; esta câmara municipal solicita que V. Ex. lhe conceda authorização para das verbas eventuais, aplicar até a quantia de seis mil reis mensais no aluguel de uma casa que sirva para o mencionado fim (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, ofício 31).

É possível observar que havia grande demora em resolver questões e solicitações pendentes. Nem todas as solicitações eram atendidas imediatamente, e o município precisa enfatizar diversas vezes da real necessidade que tinha a respeito do que solicitavam. Na relação de solicitações enviadas para a Presidência da Província o pedido para que o município de Taquari recebesse uma agência de correios é recorrente entre os anos de 1850 e 1851. Nas correspondências não somente estavam solicitações para a Presidência da Província, traziam informações e notícias, além de estabelecer relações entre pessoas que viviam em diferentes locais. A Câmara Municipal de Vereadores enviou cinco solicitações ao longo destes dois anos, a primeira solicitação se fez em 13 de abril de 1850, por meio do ofício de número 016, que consta na ata de número 12:

A demora, muitas vezes prejudicial, da correspondência oficial entre as autoridades d'esta Villa com as da Capital, das soluções commerciaes e negócios (ilegível) obrigão esta Câmara Municipal a solicitar de V. Ex. que haja de (ilegível) que nesta Villa se estabeleça uma administração de Correio, como há em outras Villas (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, ofício 12).

A necessidade para que seja criada uma agência de correio no município de Taquari justifica-se pela demora que havia em enviar e receber correspondências, além dos atrasos nas questões comerciais, que eram de extrema importância para o desenvolvimento local. Em 30 de julho do mesmo ano é enviada nova solicitação para a capital, que consta no ofício 036 do livro 12:

Em portaria nº 17 de 27 de abril de 1850 ordena V. Ex. que esta câmara municipal preste os esclarecimentos de que carece o administrador do correio quanto a agencia do correio pedida em ofício da mesma câmara, nº 16 de 13 d'aquele mês: para conciliar a necessidade de regularizar a correspondencia official entre esta Villa

e a capital, com o menor despendio dos cofres públicos convem que mala de correio seja conduzida pela embarcações que navegam d'esta Villa a Porto Alegre, que se juste o frete da condução da mala com obrigação de recebe-lá do agente do correio nesta Villa, e da Administração em Porto Alegre, assim deve ser medida a despesa, que evitará as demoras e descaminhos de officios m prejuízo do serviço publico: esta câmara e mais Authoridades tem reconhecido esta falta, como o Juiz Municipal que recebeu o officio do Doutor Juiz de Direito da Comarca em que adia o Jury para o dia 31 do presente, 5 dias antes do dia marcada. A condução da mala por terra daria outra regularidade porem deixamos de prestar os esclarecimentos porque sera muito dispendioso este meio de correspondência no entretanto que convencionando se Manoel Rodrigues Bisarro e Joaquim José Pinheiro donos e Patrões de hiates e algum mais que a câmara identificar a Administrador deve regularizar d'algum modo, e com segurança a correspondencia publica (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, officio 36).

A solicitação apresenta uma nova justificativa. O envio de cartas como é realizado está mais caro do que manter uma agência de correios e inclusive, apresentava um exemplo do que estes atrasos poderiam causar.

No ano de 1851, na data de 14 de janeiro, há uma nova solicitação para a criação da agência de correios no município de Taquari. A aprovação da criação já havia ocorrido, porém, mas ainda precisava ser instalada. Segue a solicitação do officio de número 004:

Pela inclusa comunicação fica V. Ex. inteirado que esta Camara Municipal obteve do antecessor de V. Ex. a criação a Agencia de Correio nesta Villa para garantir a correspondência official entre esta Villa, e a Capital, correspondência que continua a soffrer demora e extravia, como se verifica pela falta de officios de V. Ex., motivo por que exige novamente o estabelecimento da administração do Correio nesta Villa, único meio de certas demoras e extravio da correspondência policial e administrativa (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, Officio 004).

A troca de Governante na Presidência da Província dificultou, em alguns momentos, o andamento dos pedidos e das demandas que vinham da Câmara Municipal de Taquari. Houve situações em que o antecessor já havia aprovado o orçamento e na troca de governante o que foi requerido não chegou até o município, podendo as informações entre um presidente e outro ter se perdido, ou podendo não haver interesse no novo presidente em atender às solicitações.

Na data de 15 de abril a Câmara Municipal informa que a agência de correios foi instalada no município, as informações constam no officio de número 017 do livro 12:

Por officio de V. Ex. de nº 8 de 13 de fevereiro próximo preterito, fica sciente esta câmara municipal, que por aviso do Ministério do Império de 23 de Janeiro próximo passado se communicou ao Governo da Provincia ter-se creado naquela data uma agencia de correio nesta Villa (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, officio 17).

Das solicitações enviadas para a Presidência da Província ao longo do ano de 1850 e 1851, a reforma da igreja e construção do cemitério são frequentes e necessárias para o Município. Não há a informação da data em que a igreja foi construída, nem se houve alguma reforma nela, mas as solicitações apresentam a necessidade dessa reforma com

carácter de urgência. Em 15 abril de 1850, pelo ofício número 020, a solicitação é novamente enviada, junto com a planta e o orçamento para o cemitério e a igreja.

Tento esta Câmara Municipal lido no jornal Mercantil nº 44 de 2 de abril de 1850 na (ilegível) de 4 de Março do corrente ano que pela Presidencia da Provincia foi expedida ordem a Contadoria Provincial para por a disposição da mesma a quantia de três contos de reis (ilegível) para o Cemitério e conserto da igreja d'esta Villa, mas não tendo a mesma Camara recebido tal participação e contando lhe que não foi (ilegível) Contadoria Provincial a ordem de que acima trata, sem pedir a V. Ex. se (ilegível), mandal-a expedir (ilegível) e somente por 2ª via o officio junto, em que poderia aquella quantia para empregal-a conforme a disposição da Ley e (ilegível) a V.Ex. a planta e orçamento respectivos que já mandou tirar (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, Oficio 020).

No ofício de número 041, a Câmara Municipal informa que recebeu a aprovação do Presidente da Província a respeito da reforma da igreja e construção do cemitério. A Câmara de Vereadores celebra que poderá realizar a obra da reforma como havia planejado para a cidade. Para a construção do cemitério e a realização da obra da cadeia a Província precisa enviar para o município a quantia de três contos de réis. Em 1851 a Câmara Municipal de Vereadores de Taquari, por meio do ofício de número 053, informa à Presidência da Província que foram realizadas a obra de construção do cemitério e da reforma da igreja:

Havendo hoje está câmara municipal examinado o cemitério desta Villa, edificado pelas condições constantes de termo de arrematação que subia ao conhecimento da presidência da província em offico de 30 de julho pp sob nº 30, e achando a obra concluída segundo o contracto, no entretanto que tracta de organizar a conta da despesa, assim, d'aquella obra, como dos concertos da igreja matriz desta Villa, levou ao conhecimento de V. Ex. a conclusão da primeira a fim de ordenar o que convier sobre o destino daquele edificio (TAQUARI, Livro 12: 1850-1852, Oficio 053).

É possível perceber que as solicitações enviadas para a Presidência da Província, na maioria das vezes, trouxeram resultados para o município de Taquari, ou seja, o governo provincial atendia às demandas solicitadas. Em alguns casos havia demasiada demora para que as benfeitorias se concretizassem, e era necessário que o município demonstrasse e justificasse várias vezes as necessidades.

Considerações Finais

A partir da pesquisa realizada, por meio das solicitações da Câmara de Vereadores de Taquari para a Presidência da Província no século XIX, foi possível perceber que os cidadãos residentes na *Villa de Taquary* buscavam melhorias na infraestrutura do seu município. É perceptível que os representantes da Câmara de Vereadores eram homens da elite do município, que buscavam o desenvolvimento econômico e urbano da cidade.

Constata-se que entre as melhorias necessárias para o município dava-se ênfase à questão dos acessos e caminhos, desde os caminhos a serem abertos ou melhorados dentro dos limites da cidade, até aos caminhos que davam acesso a outros municípios. A preocupação com os melhoramentos relacionados ao uso do rio Taquari como meio de transportar mercadorias é, por vezes, evidenciada ao longo das solicitações.

Percebe-se que havia grande preocupação em relação à segurança pública do município, já que se dava muita ênfase à questão da infraestrutura do presídio, como forma de assegurar que os aprisionados não fugissem. Para isso, deveria haver mais estrutura do corpo policial e segurança para a cidade.

A instalação de uma agência de correios apresentava-se como emergencial para o município. A insistência para que a agência fosse instalada mostra que havia não só a necessidade de tê-la, mas o interesse em comunicar-se com o Governo Provincial de forma mais rápida e eficiente. A preocupação com a agência de correios estava vinculada ao relacionamento que o município poderia ter com outras vilas e cidades.

Bastante notório a relação que se estabelecia entre o governo provincial e os municípios da Província. Os municípios não tinham autonomia para investir na vila. As verbas eram determinadas e os valores deviam ser solicitados à Presidência da Província para que a quantia fosse aceita e liberada. É evidente, por meio da leitura das solicitações, que essas não eram prontamente atendidas pela Presidência da Província, sendo comum a negativa das solicitações do município ou então a demora em enviar as verbas solicitadas.

Nas solicitações enviadas, os vereadores apresentam Taquari como uma cidade em desenvolvimento e que necessita da verba do governo da Província para que esse crescimento prosseguisse, assim como apresentam e insistem na criação de infraestruturas para que a vila possa exercer suas atividades de forma a atender os cidadãos que nela residem.

Sendo assim, como encerramento, foi possível verificar que os pedidos de reformas nas vias que davam acesso ao município, terrestres ou fluviais, foram sendo atendidos, o que facilitava o comércio local e a troca de mercadorias com outros municípios. Quanto à questão da expansão do quartel que já existia, para abrigar naquele espaço a casa de detenção ou cadeia, essa demanda ficou em aberto, sem resposta registrada nas solicitações. Aparentemente, a obra não foi acabada e precisaram continuar a alugar uma casa que auxiliou como quartel e presídio.

Por fim, as modificações e melhorias que a cidade recebeu, a partir da sua emancipação de Triunfo, trouxeram uma dinâmica diferente para o município de Taquari, que a partir de 1850 passou a contar com administração própria. Devido ao desenvolvimento da cidade e ao crescimento populacional, ao longo da segunda metade do

século XIX houve mudanças na configuração do território que ocasionaram posteriormente novas emancipações e o progresso pleiteado para vila era uma preocupação tanto da população, quanto dos vereadores que representavam estes interesses.

Nessas breves linhas, percebe-se descontinuidades e continuidades no padrão de evolução regional e urbana, em particular, na cidade de Taquari. Ao longo do processo histórico Taquari acompanhou vários ciclos econômicos de investimentos do país. No entanto, os documentos revelaram as dificuldades de comunicação e interesse provincial. Essa estrutura estabelecida se configurou ao longo dos tempos e ainda se nota grandes desafios socioambientais na cidade, principalmente os relacionados com as desigualdades sociais e problemas ambientais.

REGIONAL HISTORY IN 19TH CENTURY - URBANIZATION AND ECONOMIC DEVELOPMENT IN VILLA DE SÃO JOSÉ DE TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL

Abstract: The town of São José de Taquari, nowadays Taquari, Rio Grande do Sul, was officially founded in the post-colonial period in 1760. At the beginning of the 19th century, Taquari grew demographically, until 1849 when it emancipated itself from Triunfo and then had political and administrative autonomy, with the category of village. In this context, the books of the City Council of Taquari are an important source of research to identify the subjects elected as Council members and to investigate the main structural emergencies of the municipality. This text is about the historical contextualization, settlement and economic development of Taquari. This situation was analyzed from the Book of Registration of Offices, Representations addressed to the Provincial, and General Government from 1850 to 1852, meeting the requests for urban and economic development of the municipality sent to the Presidency of the Province. Based on this research, it was possible to see the urbanization model of the end of the 19th century in the countryside of Rio Grande do Sul.

Keywords: Regional history. Taquari/RS. City Council. Urbanization.

Referências

Fontes

TAQUARI, Câmara de Vereadores. *Livros da Câmara de Vereadores de Taquari*. Livro 1: 1850. Centro de Memória Documentação e Pesquisa da Univates. Texto original manuscrito.

TAQUARI, Câmara de Vereadores. *Livros da Câmara de Vereadores de Taquari*. Livro 12: 1850-1852. Centro de Memória Documentação e Pesquisa da Univates. Texto original manuscrito.

Bibliografia

- AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, RS – 1822 a 1930. *Estudo & Debate*, Lajeado, ano 8, n. 1, 2001.
- BARROS, Eliane C., LANDO, Aldair M. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, Hildebrando (org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). São Paulo: *Anais do Museu Paulista*, v.17, n. 2, 2009.
- CASTELLS, Manuel; CAETANO, Arlene. *A questão urbana*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- CHRISTILLINO, Cristiano L. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.
- COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antônio. *Regionalização e história: Uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.
- FARIA, Octávio A. *Monografia do município de Taquari*. Instituto Estadual do Livro, 1981.
- FAUSTO, BORIS. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- FILHO, José Luiz Alcântara; FONTES, Rosa Maria Oliveira. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*. v. 4. n. 7. 2009. p. 66.
- GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida Cotidiana dos Açorianos pelas Freguesias e Caminhos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau; CAMARGO, Fernando; REICHEL, Heloisa; GUTFREIND, Ieda (org.). *História Rio Grande do Sul – Colônia*. Passo Fundo: Charles Pimentel, 2006.
- KREUTZ, Marcos Rogério et al. *Arroio do Meio: entre rios e povos*. Lajeado: Ed. da Univates, 2011.
- KONKA, Francisco; BERTOLANI, Francisco; PONCE, Reinaldo. *A cultura do Pinus no Brasil*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991b.
- MATOS, Ralfo. *Migração e urbanização no Brasil*. Geografias, 08(1), p. 07-23, jan./jun. 2012.

MORETTO, Samira Peruchi; KLAUCK, Aline Gabriela. Mudanças na paisagem: a introdução do Pinus no Estado de Santa Catarina. In.: *Anais...* 2015. [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/39/1437943304_ARQUIVO_ArtigoSamiraAnpuhv2\(2\).pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/39/1437943304_ARQUIVO_ArtigoSamiraAnpuhv2(2).pdf)

OLIVEIRA, Naia. A urbanização no RS: características recentes. *Indicadores econômicos*. FEE, Porto Alegre, v. 23 n. 4, 1996. Disponível em <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1027/1339>

PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PIRES, Karen Daniela. *O Trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS – final século XIX*. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2016, p. 27.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Cidades e Sociabilidades (1822-1889). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

RELLY, Eduardo; MACHADO, Neli T. G.; SCHNEIDER, Patrícia. *Do Taiaçuapé a Colinas*. Lajeado: Editora da Univates, 2008.

RHODEN, Luiz Fernando. Os Traçados Urbanos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 37, 1999.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *Guia de Fundos Câmaras Municipais do Rio Grande do Sul: Período Colonial e imperial 1747 a 1889*. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2005.

SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e urbanização. *Geografia Contexto*, 2012.

TROMBINI, Janaíne. *Imigrantes italianos e seus descendentes na microrregião oeste do Vale do Taquari: História ambiental e práticas culturais*. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2016.

VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia (Org.). *Administrando impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 280.

VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia (Org.). *Administrando impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SOBRE AS AUTORAS

Neli Galarce Machado é doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP); pós-doutora pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB - Espanha); docente da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES).

Marina Johann é graduanda em História pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES).

Patrícia Schneider é mestre profissional em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); supervisora do Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES).

Recebido em 23/05/2019

Aceito em 08/11/2019